



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Gabinete da Presidência
Memória da Reunião do Comitê Gestor

Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Presidência do ICMBio, às 10h10, teve início a reunião com os seguintes participantes: **Roberto Ricardo Vizentin** (Presidente), **Silvana Canuto Medeiros** (Diretora da Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN), **Marcelo Marcelino de Oliveira** (Diretor da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - DIBIO), **João Arnaldo Novaes Júnior** (Diretor da Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação - DISAT), **Pedro de Castro da Cunha e Menezes** (Diretor da Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação - DIMAN), **Carlos Vitor Andrade Bezerra** (Procurador-Chefe Nacional da Procuradoria Federal Especializada - PFE/ICMBio), **José Carlos Moreira Pereira** (Auditoria Interna - AUDIT), **Pedro Eymard Camelo Melo** (Gabinete da Presidência), **Sandra Márcia Xavier Tavares** (Divisão de Comunicação Social - DCOM), **Dashiell Velasque da Costa** (Tribunal de Contas da União - 8ª Secretaria de Controle Externo), **Bertrand de Matos Moura** (Tribunal de Contas da União - 8ª Secretaria de Controle Externo) e **Hugo Chudyson Araújo Freire** (Tribunal de Contas da União - 8ª Secretaria de Controle Externo).

Pauta:

1. **Visita dos auditores do Tribunal de Contas da União - TCU (Auditoria das unidades de conservação da Amazônia);**
2. **Instrução normativa sobre conversão de multas (DIMAN);**
3. **Agenda de produção sustentável para populações tradicionais (DISAT); e**
4. **Mudança da sede da CR-10 da Chapada dos Guimarães para Cuiabá.**

Deliberações:

1. **Visita dos auditores do Tribunal de Contas da União - TCU (Auditoria das unidades de conservação da Amazônia).**

O Senhor Bertrand Moura explicou que a solicitação da reunião por parte do TCU tem como objetivo apresentar informações sobre a metodologia, cronograma e os potenciais resultados esperados da auditoria operacional das unidades de conservação da Amazônia. Antes, porém, ressaltou que, diferentemente das auditorias tradicionais, as auditorias operacionais não têm por finalidade analisar questões legalísticas, mas sim aspectos de gestão, nesse caso, com a finalidade de identificar entraves e possíveis melhorias que venham a contribuir para o aperfeiçoamento do sistema de governança ambiental federal. O propósito é analisar o ICMBio e também os atores que participam, de forma efetiva, da consolidação do Sistema Nacional de Unidades de conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para entender a estrutura de governança relativa à gestão dessas unidades, identificando

competências e respectivas instâncias de responsabilidades, realizar uma análise dos processos gerenciais, das boas práticas utilizadas e elaborar um relatório que possa ser utilizado como um instrumento de tomada de decisão para o Instituto. Para tanto, foi solicitado o apoio do ICMBio, informando que esse trabalho foi uma demanda do próprio Ministro do TCU e que sua realização tem caráter prioritário.

Coordenado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), esse trabalho abrangerá as unidades de conservação federais da Amazônia Legal. Eventualmente, algumas unidades das regiões sudeste e sul também poderão vir a ser examinadas, porém apenas para fins de identificação de boas práticas de gestão pública.

Os Tribunais de Contas nos estados, igualmente, realizarão as mesmas avaliações nas unidades estaduais localizadas em suas áreas de jurisdição.

Para entender a questão da governança ambiental no contexto sul-americano, também serão examinados os países da América do Sul que fazem fronteira com a Amazônia, bem como os outros que têm interesse no tema, em articulação com as suas respectivas entidades de fiscalização superiores. Pretende-se, dessa forma, obter uma radiografia ampla, que possibilite entender as diferenças existentes entre os países, e realizar um mapeamento a respeito, porém sem perder de vista a finalidade de encontrar, em relação ao sistema de governança ambiental brasileiro, pontos que possam ser aperfeiçoados, que ele denominou “janela de oportunidade”.

O outro integrante da equipe do TCU ressaltou que, na realidade, o conjunto do trabalho em questão representa a realização concomitante de três auditorias, motivo pelo qual o período de sua execução será extenso (dois anos).

Prosseguindo a sua explicação, o Senhor Bertrand Moura informou que uma das fases da auditoria operacional inclui a realização de entrevistas; visitas de campo; mapeamento dos processos que influenciam a gestão das unidades de conservação; identificação dos problemas, de suas causas e respectivas proporções; entre outras atividades, com o objetivo de descobrir alternativas de superação desses problemas e propor recomendações que, por meio de um plano de ação, possam ser incorporadas à rotina de trabalho da instituição.

Para que esse objetivo seja alcançado, ele solicitou a ajuda do ICMBio para responder as seguintes perguntas: onde, como e em quais aspectos o TCU, por meio da realização do referido trabalho, poderá contribuir para fortalecer a gestão das unidades de conservação, ressaltando que o esclarecimento dessas questões, de forma objetiva, facilitará a compreensão a respeito dos fatos que precisam ser avaliados e a elaboração de propostas de recomendações consistentes e adequadas para gerar melhorias no sistema gerencial do órgão.

A Senhora Silvana Canuto, após dar boas-vindas aos auditores, comentou que a sua expectativa é que o TCU, mediante esse trabalho, possa efetivamente conhecer a missão do ICMBio e apresentar recomendações que auxiliem o Instituto na interlocução qualificada perante os órgãos que lhe possam dar o suporte necessário para o pleno desempenho de suas atribuições.

Considerando tratar-se de um documento “precioso”, referindo-se ao relatório a ser

gerado pela auditoria operacional, ela ressaltou o zelo que se deve ter em relação ao seu encaminhamento.

O Senhor Bertrand Moura, reportando-se a esse comentário, informou que 90% a 95% das propostas apresentadas pelas unidades técnicas do TCU (auditores) são acolhidas pelo Tribunal.

Em seguida, ele solicitou que fosse indicado um representante do ICMBio, que possa agregar-se à equipe de trabalho, para analisar a governança ambiental entre os países da América do Sul que fazem fronteira com a Amazônia Brasileira.

Ele comentou também sobre o interesse de agendar horário com os diretores para tratar sobre questões relativas à biodiversidade, gestão, planejamento e gestão do ICMBio, entre outras.

Considerando que a equipe de auditores do TCU deseja iniciar o processo de trabalho a partir do entendimento a respeito da estrutura e funcionamento do Instituto, a Senhora Silvana Canuto sugeriu que a Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (DIPLAN) fosse a primeira a ser entrevistada.

2. Instrução normativa sobre conversão de multas (DIMAN).

Retirado da pauta.

3. Agenda de produção sustentável para populações tradicionais (DISAT).

Por solicitação do Senhor João Arnaldo, este item também foi retirado da pauta. Porém, considerando a realização de reunião, no período da tarde, para apresentar a estrutura e explicar o funcionamento do ICMBio ao Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), ele pediu para dar um informe. O Senhor Presidente, contudo, lhe substituiu nessa tarefa apresentando um resumo sobre a situação relativa aos compromissos assumidos no Território Marajó/PA, no ano passado, por ocasião da viagem da Senhora Ministra de Meio Ambiente, Izabella Teixeira, do anterior Presidente do ICMBio, Rômulo Mello e do ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Bandeira Florence, entre outras autoridades, de interesse das populações extrativistas.

Ao referir-se ao CNS, à Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (Confrem) e mencionar a existência de várias **organizações dos extrativistas do Cerrado, dentre outras, ele** comentou que devido à existência de quase 350 mil famílias consideradas extrativistas, sendo que somente 50 mil estão dentro de unidades de conservação, há uma significativa demanda para a criação de reservas extrativistas, que deve ser discutida pelo ICMBio, em caráter prioritário.

A esse respeito, o Senhor Pedro Menezes informou que, até o fim do mês, estará concluído o trabalho de mapeamento da situação das áreas consideradas prioritárias e factíveis para fins de criação de unidades de conservação.

Considerando que não houve a discussão referente à “agenda de produção sustentável

para populações tradicionais”, o Senhor João Arnaldo ressaltou que este assunto deverá retornar à pauta quando for agendada a apresentação da “estratégia para acesso às políticas e assistência técnica ao extrativismo”.

4. Mudança da sede da CR-10 da Chapada dos Guimarães para Cuiabá.

Antes de iniciar esse tópico, a Senhora Silvana Canuto comentou o seu entendimento sobre a necessidade de se agendar uma reunião específica para tratar de todos os temas considerados sensíveis, mapeados desde a realização das Oficinas de Gestão Estratégica do ICMBio – Ciclo 2012, no período de 24 de abril de 2012 a 31 de maio de 2012. Ela propôs, inclusive, que a referida reunião seja também a ocasião para se discutir as prioridades do ICMBio para 2013, tendo em vista a exigência/necessidade de se providenciar o giro institucional do PDCA (giro do Ciclo de Gestão Estratégica ou Ciclo de *Demming*), previsto para acontecer no mês de dezembro.

Contudo, devido à manifestação do Senhor Marcelo Marcelino a respeito da necessidade de compartilhar e analisar, com o Comitê Gestor, demandas apresentadas pelo Ministério do Meio Ambiente, foi deliberado que este assunto e os temas sensíveis serão tratados na reunião agendada para discutir a estrutura do ICMBio, na próxima sexta-feira, dia 19, no período da tarde.

No tocante à mudança da sede da Coordenação Regional 10ª Região ficou acordado que a Senhora Silvana Canuto providenciará os meios necessários para instalar a citada sede em Cuiabá/MT.